



AS FACES E INTERFACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NA BAHIA

PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira

*Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Museólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA
antonio.passos@ufba.br*

156

Resumo

Este artigo foi organizado a partir da dissertação *Bordejos, Tensões e Resistências: A Patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua*, defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Trata-se de discussão utilizando as lentes da Antropologia sobre o uso da patrimonialização dessa embarcação iniciada em 2010 e finalizada em 2012. As agências analisadas foram a Associação Viva Saveiro, estabelecida em Salvador (BA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN e a Associação do Saveiro de Vela de Içar da Bahia, estabelecida em Coqueiros – Maragogipe (BA). Esta demanda tinha como principais argumentos a importância histórica e a originalidade estrutural deste tipo de embarcação. Este processo foi associado ao Projeto Barcos do Brasil do Ministério da Cultura e seu registro foi feito nos Livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).

Palavras-chaves: Saveiros, Antropologia, Patrimonialização.

Abstract

This article was organized from the *Bordejos* dissertation, voltages and resistances: patrimonialization the Saveiro Shadow of the Moon, held in 2014, in the Anthropology Graduate Program at Federal University of Bahia. This is discussion using the Anthropology of lenses on the use of patrimonialization this vessel started in 2010 and completed in 2012. The agencies were analyzed Viva Saveiro Association, established in Salvador (BA), the history and Artistic Heritage Institute Nacional- IPHAN and the Association of Schooner Bahia hoist Sail, established in Coconut - Maragogipe (BA). This demand was the main arguments in historical and structural originality of this type of vessel. This process was associated with the Project Boats of Brazil's Ministry of Culture and its record was made in the Books of Tombo History, Fine Arts and Archaeological, Ethnographic and Landscape of the Historical and Artistic Institute (Brazil).

Keywords: Saveiros, Anthropology, patrimonialization



Ilustração 01: Saveiro Sombra da Lua



Foto: Antonio Marcos Passos, 2013

Introdução

No século XVI, Portugal inicia movimentações para defesa de seus territórios, processos que levarão a exploração de sua colônia nas Américas, o Brasil. Acontecimento que estabelece modificações substanciais, pois, são criadas estruturas e infraestruturas para exploração e consequente riqueza da Metrópole.

Ilustração 02: Porto da Barra, século XVII.



Fonte: VIANA, 2004, p. 260



Naquele momento, as embarcações eram os grandes meios de transporte para cruzar os mares, entrar e sair pelos rios, trazer e levar objetos, pessoas e informações. Dentre essas embarcações, surgiram os saveiros, que ajudavam no escoamento da cana de açúcar e outros bens para exportação.

Para entendermos esse veículo náutico Smarcevski (2001), apresenta dados sobre a origem do nome Saveiro, que tem conexões com outra embarcação o “saveleiro”, que era utilizado nos rios de Portugal para pescar o peixe "saval". Esse autor traz ainda as seguintes informações:

Saveleiro significa também o barqueiro; por transformação, a cadeia de sucessão fonética: saveleiro, salaveiro, savaleiro, saaveiro, e saveiro... barco estreito e comprido, empregado na travessia de grandes rios e de pesca à linha; embarcação de forte construção, que se emprega na carga e descarga de gêneros; barco pequeno, habitualmente de fundo chato, o mesmo que alvarenga; barco de um ou dois mastros utilizados na pesca e no transporte de mercadorias. (SMARCEVSKI, p. 14-15, 2001)

Ilustração 03: Rampa do Mercado Modelo - Salvador



Fonte: Museu Tempostal - DIMUS/IPAC

Com o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil, especialmente na Bahia, a partir da década de 50, do século XX, há a necessidade de intervenções para potencializar a produção e distribuição desse produto beneficiado e seus derivados. Desta forma, ocorre a estruturação da malha rodoviária e ferroviária. Como consequência as embarcações, que outrora eram importantes meios de transportes,



passam a ser substituídas por veículos automotivos, levando a ruptura do sistema dos veículos náuticos, a exemplo dos saveiros. Agostinho (2011) nos explica esse processo:

Em 1960, há grande afluência de saveiros, barcos, lanchas rabo de peixe e canoas à Rampa do Mercado Modelo e à Feira de Águas de Meninos, mas já então existia uma tendência ao abandono das embarcações de maior tonelagem, isto é, dos barcos e das lanchas. Nisso influía, por um lado, a inflação, aumentando o preço das unidades, e, por outro, a competição crescente do transporte rodoviário, favorecido pela abertura e asfaltamento de novas estradas. À medida que esses progrediram, acentuou-se a tendência, agravada por ações deliberadas, como a remição das barracas da Rampa do Mercado, e por acidentes, como o incêndio do Mercado Modelo e da Feira de Águas de Meninos. Foram rudes golpes para as embarcações que faziam o transporte de cargas no interior da baía, pois removeram o principal motivo econômico da sua existência. Depois, um novo competidor surgiu, representando pelo ferryboat, que, em fins de 1972, integrou as rodovias de Itaparica e do sul do Recôncavo à rede viária de Salvador. E por último veio, em junho de 1973, a proibição de atracar na Rampa do Mercado. (AGOSTINHO, p. 112, 2011)

Ilustração 04: Cais das Amarras - bairro do Comércio / Salvador



Fonte: VIANNA, 2004, p. 32

Na atualidade, existem cerca de vinte e um saveiros de vela de içar na Baía de Todos os Santos, embarcações que estão em pleno processo de extinção. Sendo que em sua maioria estão concentrados no distrito de Coqueiros, cidade de Maragogipe (BA), onde empreendemos o trabalho de campo e consequentemente o método etnográfico.



Iniciando as análises: ética, estratégia e tática

Escolhemos para empreender a pesquisa os conceitos de “ética”, “estratégia” e “tática” trabalhados por Certeau (2012), que permite analisar a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua pelo prisma do discurso institucional de três diferentes agências.

As agências analisadas e seus discursos foram: a proponente para o tombamento, a Associação Viva Saveiro; o órgão oficial de preservação no Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e, durante a pesquisa encontramos uma terceira agência, a Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia, que muito contribuiu para empreendermos uma terceira via de compreensão desse processo de patrimonialização.

Desta forma, essas três agências potencializa a compreensão sobre diferentes posições nas articulações de “poder”, no que tange a autoridade de “apontar”, “reconhecer”, e “buscar posição” do que pode e deve ser patrimônio cultural naval, em um campo de disputa desigual.

A Ética do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, criada na década de 30, século XX, estabelece o Decreto Lei nº. 25 de 1937, primeiro instrumento jurídico que organizará a proteção do patrimônio cultural no país. Este documento estabelece no artigo 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, Art. 1º)

Desta forma, esta agência oficial de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, estabelecerá a primeira formação dos especialistas em bens culturais do país, fato que produzirá efeitos em longo prazo. Assim, essa Agência estabelece as lógicas de análise,



trâmites e reconhecimento para alguns objetos como patrimônio, em conformidade com os seus parâmetros, muitas vezes ligadas aos contextos internacionais.

Desta forma, a SPHAN cria os procedimentos que estabeleceram as primeiras diretrizes éticas, que foram sendo aperfeiçoadas com o passar das décadas. Percebe-se que nos primeiros quarenta anos do século XX, o Brasil estabeleceu uma ética própria para salvaguardar os referenciais culturais que estavam comprometidos com as classes sociais da elite brasileira, classes essas que estabeleciam os projetos ideológicos hegemônicos, em suas diversas áreas. Fato que repercutiu uma rigidez e distanciamento com os demais processos culturais criados pelas populações tradicionais.

Apenas, a partir da década de 70, fomentado por diversos processos de Cidadania dentro e fora do país, é que o governo brasileiro iniciará o movimento pioneiro de preservação dos referenciais culturais dos diferentes grupos sociais. Destaca-se nesse contexto a criação do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, por Aloisio Magalhaes e equipe, que contribuirá para desenvolver ações de salvaguarda dos bens culturais imateriais envolvendo finalmente os grupos sociais outrora esquecidos pelo governo brasileiro.

A partir deste momento, se alarga a responsabilidade do IPHAN para com os referenciais culturais de todos os grupos pertencentes a esta nação. Fato que será consolidado com a Constituição de 1988, nos Artigos nº 215 e nº 216, que traz para a nação brasileira a emergência de compreender novos sujeitos de direito. Ocorre então, juridicamente, a ampliação da noção de patrimônio cultural junto aos especialistas do IPHAN, e conseqüentemente de outras instituições com a mesma função.

Abreu (2008), no contexto de uma nova ordem discursiva analisa o artigo 216 da Constituição brasileira, que prevê a proteção jurídica dos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (indígena, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), suas formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como patrimônio cultural brasileiro. Abreu (2008) esclarece:

Podemos considerar a Constituição de 1988 um discurso fundador que desencadeia novas possibilidades e novos projetos de lei visando ao reconhecimento e à proteção dos direitos das comunidades locais e populações indígenas de se beneficiarem coletivamente por seus



conhecimentos tradicionais e de serem compensadas pela conservação dos recursos genéticos, mediante remuneração monetária, bens, serviços, direito de propriedade intelectual ou outros mecanismos. (ABREU, 2008, p. 69)

O Decreto-Lei 3.551/2000 é um dos exemplos do aperfeiçoamento técnico e ético do IPHAN, pois este documento permite novas possibilidades de compreender além da materialidade de objetos e manifestações, fator decisivo para a ocorrência de processos de patrimonialização. Fonseca (2003) esclarece a base para criação do Decreto citado e suas repercussões:

No Brasil, a publicação do Decreto 3.551/2000, insere-se numa trajetória que se vinculam as figuras emblemáticas de Mário de Andrade e de Aloísio Magalhães, mas em que se incluem também as sociedades de folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos dos indígenas, as reivindicações dos grupos descendentes de imigrantes das mais variadas procedências, enfim, os “excluídos”, até então, da “cena” do patrimônio cultural brasileiro, montada a partir de 1937. Contribuem, ainda, pra essa reorientação não só o interesse de universidades e institutos de pesquisa em mapear, documentar e analisar as diferentes manifestações da cultura brasileira, como também a multiplicação de órgãos estaduais e federais de cultura, que se empenham em construir, via patrimônio, a “identidade cultural” das regiões em que estão situados. (FONSECA, 2003, p. 62-63)

No século XXI diferentes e ricos processos na área do patrimônio cultural são realizados, provenientes dos reflexos dos movimentos sociais do século XX, no qual são elaboradas e executadas ações de patrimonialização, quebrando velhas e superadas mentalidades.

Logo, os documentos e as ações realizadas, em aproximadamente oito décadas, em defesa do patrimônio cultural de diversificados grupos sociais, nos fazem constatar que há uma Ética no IPHAN. Entretanto, devemos compreender também, que há o jogo de poder, alicerçado em acordos e rupturas de diversas correntes políticas, fato que envolve influencia, autoridade, empoderamento, escolhas políticas e esquecimento.

A Estratégia da Associação Viva Saveiro

O final do século XX e início do século XXI proliferaram organizações não governamentais no ocidente, fato também ocorrido no Brasil. Na Bahia, no campo do



patrimônio naval, foi fundada em 14 de maio de 2008, a Associação Viva Saveiro, sendo os seus membros formados por profissionais liberais, que adquiriram e restauraram o Saveiro Sombra da Lua, dando início às ações de conservação junto a diversas embarcações e posteriormente o pedido de patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua junto ao IPHAN.

Essa Associação usou da estratégia de estabelecer “apadrinhamentos” de diversos profissionais liberais e empresários de dentro e fora da Bahia, para em conjunto restaurar alguns saveiros. Esse processo de apadrinhamento durava aproximadamente cinco a seis meses, período que ocorria doações individuais para arrecadação de recursos que potencializassem a restauração e consertos de saveiros de diferentes localidades da Baía de Todos os Santos.

Em 2010, esse trabalho desenvolvido pela Associação Viva Saveiro trouxe a esta entidade a outorga do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a pedido dessa Associação teve início o processo de tombamento do Saveiro Sombra da Lua como patrimônio cultural.

Em 2013 a Associação continuou suas ações realizando o lançamento do livro “Viva Saveiro” e o “Selo Saveiros” em parceria com Empresa de Correios e Telégrafos. Com objetivo de divulgar a história do Saveiro enquanto bem cultural. Desta forma, constata-se que esta Associação desenvolveu estratégias que lhe permitiram realizar ações técnicas de salvaguarda dos saveiros, por meio do envolvimento de pessoas e empresas, estabelecendo relevante alcance junto aos órgãos de preservação e consequentemente na mídia nacional. Certeau (2012) estabelece o seguinte conceito de estratégia:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa etc.) Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprio. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. (CERTEAU, 2012, p. 99)



Estas estratégias, conforme Certeau (2012) estabelecem um domínio no tempo, uma posição de destaque para ver e ser visto, um tipo de poder do saber, que permite ao grupo ou indivíduo, estabelecer novas trajetórias históricas, configurando o destaque para aquilo que lhe é mais caro e que de certa forma a sociedade reconhece como legítimo.

Logo, podemos constatar que a Associação Viva Saveiro, estabeleceu uma estratégia que inicia com a formação dos membros da diretoria, em sua grande maioria profissionais liberais, que compreendem a importância do saveiro como patrimônio cultural, reconhecem a posição simbólica privilegiada do IPHAN como agência oficial do patrimônio cultural no país e busca também para si a posição de destaque.

Ressalta-se que ações empreendidas por essa agência repercutiram em premiações, mídia espontânea, fortalecimento da imagem dentro e fora da sociedade baiana, como agência responsável pela preservação da memória naval.

A Tática da Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia

Em 16 de abril de 2013 um grupo de Mestres Saveiristas do Distrito de Coqueiros, cidade de Maragogipe, liderados pelo Mestre Lourão (Antonio Almeida) e Mestre João Mérico (João Evangelista), interessados em constituir sua própria Associação, convocam outros saveiristas e pescadores para participar de reunião no Sítio Santo Antônio localizado em Coqueiros, de propriedade do Mestre João Mérico, para criar a Associação dos Saveiros de Vela de Içar da Bahia.

Ação impulsionada pela insatisfação destes saveiristas com a Associação Viva Saveiro, que outrora era sua parceira. Conforme os relatos dos dois mestres citados, há críticas àquela Associação, que se afastou dos compromissos firmados, deixando-os a parte dos processos de melhoria dos saveiros e posteriormente da escolha do Saveiro Sombra da Lua como representativo, sem anuência dos citados saveiristas.

Desta forma, a nova Associação dá início a um processo novo para si, no sentido que os mestres saveiristas e seus filhos - sem experiência no campo do patrimônio



cultural - ao criar sua Associação, buscará condições para que os saveiros, saveiristas e demais profissões correlatas possam também sobreviver.

Percebemos que esta Associação e seus associados, por força das circunstâncias, criam suas próprias soluções, que permitem desencadear respostas a patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua, abrindo frentes de ações para salvaguardar seus interesses. Fato que se aproxima do que Certeau (2012) compreende por Tática:

Chamo de tática ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar no terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter a si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo", como dizia von Bullow, e no espaço por ele encontrado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumenta a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. E astúcia. (CERTEAU, 1998, p. 100)

Logo, compreendemos que a Associação de Vela de Içar da Bahia, desenvolveu e faz uso de sua tática, para estabelecer posição neste jogo de poder, refletindo sobre a patrimonialização de apenas um saveiro. Esta entidade, busca não somente ter voz junto aos órgãos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, mas compreende que o primeiro passo é a visibilidade, que lhes permitirá assumir o controle dos processos de preservação de seus referenciais a partir das experiências pessoais e coletivas de seus membros, que há muitas décadas participam na produção, uso e reflexão sobre os saveiros, o que envolve seu apogeu e crise, que afetam a comunidade de saveiristas e suas famílias.



Resultados da Pesquisa

A partir da análise da “Ética” do IPHAN, da “Estratégia” da Associação Viva Saveiro, e da “Tática” da Associação de Vela de Içar da Bahia, nesse momento apresentamos os principais resultados da pesquisa, que contribuem para novos alcances no que tange compreender a importância e implicações desse processo de patrimonialização, são eles:

1. Avaliamos que o IPHAN tem grande importância no cenário da preservação dos referenciais culturais no país, constituindo uma Ética própria que contribui constantemente para o aperfeiçoamento dos referenciais culturais. Entretanto, o processo de patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua foi temerário, pois revelou uma supervalorização dos seus procedimentos institucionais, em detrimento dos conhecimentos dos cidadãos a exemplo dos saveiristas, que ficaram a margem do processo.

2. O IPHAN agiu de forma não articulada, esquecendo-se dos seus próprios documentos de preservação do patrimônio cultural no país, se valendo apenas de informações geradas pelo proponente (Associação Viva Saveiro) e seu senso comum, que apresentava e privilegiava a embarcação Sombra da Lua, por via de um discurso de “autenticidade” e “representatividade”, sem real verificação junto aos agentes saveiristas. Aspecto que destoia dos documentos gerados e as ações atuais que essa instituição esta buscando para contribuir com os processos de diálogo no que tange a preservação da memória e identidade dos brasileiros;

3. O processo empreendido de esquecimento dos sujeitos sociais – os saveiristas – de certa forma contribuiu para que esses formassem sua associação - Associação de Vela de Içar da Bahia -, que tem como objetivo empreender novos processos de preservação dos seus referenciais culturais para as novas gerações, aspecto que contribui para o protagonismo dessas populações e seus patrimônios culturais.



4. Ao refletir sobre este tombamento contribuímos para o exercício etnográfico no que tange observar que em pleno século XXI, momento que se busca a participação popular, especialmente para registros dos patrimônios culturais neste país, ainda temos um abismo entre os aspectos conceituais, o dialogo com os cidadãos e as ações institucionalizadas.

Considerações Finais

A partir dos princípios da Ética, Estratégia e Tática buscamos identificar os agentes que fazem parte dessa patrimonialização a partir de diferentes vertentes. Constatamos que o pedido de tombamento da Associação Viva Saveiro tem seu mérito, que consiste em chamar atenção dos órgãos responsáveis pela salvaguarda da memória e história nacional naval para preservar um bem cultural em processo de extinção, mas também constatamos que a forma de realiza-lo trouxe graves problemas com os saveiristas, pois esses foram excluídos do processo de escolha do bem a ser tombado.

Assim, compreendemos que o “saber”, o “fazer” e o “saber-fazer”, que estão presentes em alguns dos documentos do IPHAN, neste caso, ficaram à margem do processo de tombamento. Verifica-se que, apenas houve a consulta aos documentos oficiais e dos dados enviados pela Associação Viva Saveiro aos técnicos responsáveis do IPHAN, esquecendo-se dos conhecimentos práticos e da ética própria dos saveiristas, que vivem contextos próprios onde o respeito mutuo e a convivência comunitária são sempre exaltados e respeitados.

Nesse caso o IPHAN não utilizou os pressupostos de sua Ética para estabelecer critérios mais consistentes, buscando nos agentes sociais que cotidianamente trabalham, produzem e vivem os saveiros – SAVEIRISTAS - maiores informações para reconhecer um bem como patrimônio. Com este procedimento ocorreram desfechos que mancham os tramites estabelecidos e conseqüentemente à reputação dessa instituição.

Ratificamos que respeitamos a Ética construída pelo IPHAN nesses quase 100 anos de existência e olvidamos que em outras oportunidades o reconhecimento de bens culturais a serem patrimonializado, sejam construídos a partir também da expertise de



homens e mulheres que vivem diariamente a construção dos conhecimentos tradicionais.

Postura que muito contribuirá para a qualificação dos saberes tradicionais, fortalecimento da cidadania e elevação da autoestima dos grupos sociais, especialmente das pessoas que detêm os conhecimentos, mas que para sobreviver desenvolvem e adotam “táticas”.

Assim, refletimos que esse processo de patrimonialização desencadeia novas práticas para as ciências humanas e sociais, oportunizando outras pesquisas, projetos teórico-metodológicos e consequente preservação do conhecimento oficial e tradicional.

Logo, o estudo de caso do tombamento do Saveiro Sombra da Lua, vem contribuir para dar seguimento às reflexões sobre os processos de salvaguarda dos bens culturais, que estão a todo o momento em risco de perda, fruto de séculos de negligência do Estado-Nação. Esperamos que esta pesquisa possa ser discutida em diversos fóruns, contribuindo no fortalecimento da identidade, memória e novas práticas junto aos homens e mulheres que detêm o saber, o fazer e o saber-fazer, tão necessários para aperfeiçoamento da Cidadania em nosso país.

Bibliografia

ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva In: BARRIO, MOTTA e GOMES (Orgs.), *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2008, 65-78.

AGOSTINHO, Pedro. *Embarcações do Recôncavo: um estudo de origens*. Salvador: UFBA, 2011.

BRASIL. *Decreto-Lei 25*, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Governo do Brasil, 1937.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Editora: UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.



PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira. *Bordejos, Tensões e Resistências: A Patrimonialização do Saveiro Sombra da Lua*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Orientador Prof. Dr. Carlos Caroso. Salvador, 2014.

SMARCEVSKI, Lev. *Graminho: A alma do Saveiro*. Org. Bruno Furrer, versão para o inglês H. Sabrina Gledhill. 2ª Ed. Salvador: Governo do Estado da Bahia / Odebrecht / Centro Náutico da Bahia – CENAB, 2001.

VIANNA, Marisa. *Vou pra Bahia*. Salvador: Bigraf, 2004.